

19 de julho de 2021

A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem



Fonte: Simexmin

Data: 15/07/2021



**SERVIÇO GEOLÓGICO
DO BRASIL - CPRM**

SERVIÇO GEOLÓGICO E GOVERNO DE MG AMPLIAM PARCERIA PARA IMPULSO DO SETOR MINERAL

Ações voltadas à prevenção de desastres geológicos e hidrológicos também foram debatidas

Representantes do Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM) se reuniram nesta terça-feira, 06/07, com o vice-governador do Estado de Minas Gerais, Paulo Brant, para discutir novos projetos nas áreas de recursos minerais e hídricos.

A visita teve o objetivo de apresentar ao governo mineiro as ações que o SGB-CPRM desenvolve referente à pesquisa geológica, hidrológica, hidrogeológica e de gestão territorial, estudos que contribuem para o melhor conhecimento do território e adequado aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do estado de Minas Gerais.

Participaram do encontro no Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (BDMG), em Belo Horizonte, a diretora de Hidrologia e Gestão Territorial da CPRM, Alice Castilho, o diretor de Geologia e Recursos Minerais, Márcio Remédio, o superintendente regional Marlon Coutinho, o gerente de Geologia de Belo Horizonte Marcelo Marinho e a assessora parlamentar, Priscila Gois.

Durante a visita, o vice-governador enfatizou a importância do Estado de Minas Gerais no cenário Nacional, devido a suas riquezas minerais, e destacou que a valorização do conhecimento geológico básico como um importante subsídio para a indústria mineral.

O diretor Márcio Remédio enfatizou a importância da aproximação com o governo de Minas Gerais, já alinhada pelo diretor-presidente Esteves Colnago, e relatou que a conversa foi muito produtiva, marcando o interesse de cooperação mútua entre os governos federal e estadual.

“O estado de MG foi durante toda a história brasileira o maior expoente da mineração do Brasil. Carrega o setor no nome, mas apesar de ser o estado brasileiro com maior conhecimento geológico, a revisão de parâmetros geológicos, novos levantamentos em escala de maior detalhe, permitirão, sem dúvida, uma nova percepção da potencialidade de Minas Gerais”, ressaltou.

A diretora Alice Castilho ressaltou a atuação importante da área de Hidrologia e Gestão Territorial no estado de Minas Gerais. A operação dos Sistemas de Alerta Hidrológico das bacias dos rios Doce, Muriaé, Pomba, das Velhas e em fase de implantação da calha principal do rio São Francisco.

A Elaboração de Estudos Hidrológicos Integrados nas bacias dos rios Verde Grande e Carinhanha, ambos afluentes do rio São Francisco, em parceria com a ANA e a elaboração do Mapa Hidrogeológico de Minas Gerais em parceria com o MDR. Em parceria com a COPASA estudos para cessão de poços de monitoramento para a RIMAS e de capacitação em hidrometria, em Percepção de Risco para a Defesa Civil Estadual e Municipal, além do trabalho de setorização de Risco de inúmeros municípios mineiros.

“A aproximação com o governo do Estado é uma excelente oportunidade para buscarmos juntos recursos para o desenvolvimento de importantes projetos nas áreas de gestão de Recursos Hídricos, Prevenção de Desastres Naturais e suporte a Gestão Territorial”, ressaltou Alice.

O superintendente Marlon Coutinho destacou o papel desempenhado pelo SGB-CPRM no desastre de Brumadinho, trazendo informações atualizadas e dando subsídio às ações da FEAM, COPASA, ANA e do MME.

Na oportunidade Marlon Coutinho fez a entrega ao vice-governador Paulo Brant de exemplares das edições de projetos recém-lançados como o Projeto Águas do Norte de Minas (PANM), Atlas Geoquímico do São Francisco, e em formato digital, o Mapa Geológico e de Recursos Minerais do Estado de Minas Gerais atualizado em 2020, o Informe de Insumos Minerais para a Construção Civil na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e o Informe do Projeto Avaliação do Potencial do Lítio no Brasil – áreas do médio Jequitinhonha/MG.

Ao fim do encontro, o vice-governador Paulo Brant manifestou a importância da realização de mais encontros, marcando assim o início de uma agenda com pautas de interesse mútuo, que tem como objetivo fortalecer e aumentar a integração do Serviço Geológico do Brasil em sua atuação junto às políticas públicas no estado de MG.

Fonte: CPRM

Data: 09/07/2021



MINÉRIO DE FERRO ESTÁ EM ALTA E NÃO PERDERÁ FÔLEGO EM BREVE, DIZ GOLDMAN SACHS

“Seria errado dizer que a alta do minério de ferro está à beira do fim”, afirmou o diretor de pesquisa de metais básicos e granéis da instituição financeira, durante o Fórum de Minério de Ferro de Singapura

O minério de ferro está em alta há mais de dois anos e não perderá fôlego em breve, conforme o banco Goldman Sachs. “Seria errado dizer que a alta do minério de ferro está à beira do fim”, afirmou Nicholas Snowdon, diretor de pesquisa de metais básicos e granéis da instituição financeira, durante o Fórum de Minério de Ferro de Singapura, na última terça-feira (13). As informações são do site da rede de televisão dos Estados Unidos CNBC.

Ele disse que o minério de ferro provavelmente só retornará a uma "posição confortável" a partir de 2023. Realmente, não será até 2023, 2024, que o mercado de minério de ferro estará de volta a uma posição mais ... confortável”, previu.

A corrida começou com um choque de oferta devido ao desastre da barragem de Brumadinho envolvendo a gigante de mineração Vale, em 2019, de acordo com o executivo. O preço disparou após a catástrofe. Contudo, agora é um "bull market", afirmou Snowdon. A expressão quer dizer que o mercado financeiro está otimista.

Agora o valor está sendo sustentado pela demanda muito forte, explicou o diretor do banco. Ele destacou que o crescimento da demanda por aço na China surpreendeu positivamente por três anos. Além disso, os fornecedores não aumentaram a produção e os estoques estão muito baixos, segundo o executivo.

A demanda acelerada deve continuar no próximo ano, disse Snowdon. “É importante ressaltar que, embora a China mostre alguns sinais de desaceleração na taxa de crescimento da demanda por aço na segunda metade do ano e em 2022, a dinâmica da demanda de aço no resto do mundo é incrivelmente forte”, afirmou.

Fonte: Valor Investe

Data: 16/07/2021



HORIZONTE MINERALS AVANÇA NO PROJETO ARAGUAIA

A Horizonte Minerals Plc, anunciou atualização operacional para o Projeto Araguaia Níquel. A companhia teve progresso significativo nas principais atividades de preparação de execução de projetos, incluindo licitações para fornecimento de equipamentos-chave de processamento, forno elétrico e serviços de gerenciamento de

projetos (EPCM). Além disso, um plano de prontidão operacional está bem avançado, com todas as licenças-chave em vigor para o início da construção, enquanto discussões sobre financiamento continuam em andamento.

A companhia obteve aprovação do comitê de crédito para a linha de crédito sênior esperada no terceiro trimestre de 2021, conforme anunciado anteriormente, e os principais programas ambientais e sociais continuam em preparação para a fase de construção. A mobilização do Chefe de Projetos para o Brasil e a nomeação de Gerentes de Engenharia, Comunidade, Saúde e Segurança continuam a construção da equipe de execução do projeto.

O CEO da Horizonte, Jeremy Martin, comentou que nos seis meses desde a conclusão do trabalho de engenharia de valor, houve um progresso significativo nos planos para implementar o projeto. “As licitações foram concluídas para aproximadamente US\$ 230 milhões de equipamentos e serviços essenciais a serem fornecidos sob contrato com fornecedores líderes da indústria. Esse progresso permitiu que o plano de execução de Araguaia fosse ainda mais avançado e refletisse melhor o contexto atual no Brasil, permitindo-nos entregar com sucesso um projeto de níquel de primeiro nível”.

O executivo comentou também que a Horizonte Minerals avançou na linha de crédito sênior após a conclusão da diligência devida pelo sindicato de empréstimos, com a aprovação do comitê de crédito a caminho para o terceiro trimestre de 2021. “Mike Drake, nosso recém-nomeado Chefe de Projetos, chegou ao Brasil com segurança, reabriu com sucesso o escritório em Belo Horizonte e está construindo rapidamente nossa equipe de execução de projetos”.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 15/07/2021



CONSELHO DA CSN MINERAÇÃO APROVA EMISSÃO DE R\$ 1 BILHÃO EM DEBÊNTURES

Recursos serão usados para investimentos no projeto de expansão do Terminal Portuário de Granéis Sólidos do Porto de Itaguaí e para o pagamento de despesas.

O conselho de administração da CSN Mineração aprovou a emissão de R\$ 1 bilhão em debêntures. Os recursos serão usados para investimentos no projeto de expansão do Terminal Portuário de Granéis Sólidos do Porto de Itaguaí e para o pagamento de despesas.

A emissão será em até duas séries, com vencimento em dez anos, no caso da primeira série, e de 15 anos, no caso da segunda, diz a companhia em comunicado divulgado hoje. A distribuição será com esforços restritos.

A remuneração será estabelecida após a conclusão do procedimento de bookbuilding, sendo certo que os juros da primeira série serão correspondentes à maior taxa entre 4,77% e a taxa de retorno das Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B), com vencimento em agosto de 2030, acrescida de spread de 0,7%.

Em relação à segunda série, os juros serão correspondentes à maior taxa entre 4,9% e o retorno da NTN-B com vencimento em maio de 2035, acrescido de 0,78% ao ano.

Fonte: Valor Econômico

Data: 15/07/2021



PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES E CONTRATO DE SWAP

A Aura Minerals aprovou a primeira emissão de debêntures de sua controlada indireta, a Aura Almas Mineração, no valor de R\$ 400 milhões, com cada debênture sendo emitida ao valor nominal unitário de R\$1.000,00. As debêntures terão vencimento em até cinco anos a contar da Data de Emissão, ou seja, até 13 de julho de 2026. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa DI, acrescidos exponencialmente de uma sobretaxa de 4,35% ao ano.

A Aura Almas firmou também um contrato de swap com o Banco BTG Pactual S.A. para efetuar hedge integral das debêntures. Nos termos do Swap, a companhia assumirá uma posição ativa de R\$ 400 milhões, recebendo juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa DI, acrescidos exponencialmente de uma sobretaxa de 4,35% ao ano, e irá pagar a variação cambial da moeda brasileira x dólar americano, acrescidos de uma taxa fixa linear de 5,84% ao ano. A operação de Swap possui cronograma de amortização de principal e juros idêntica ao cronograma de amortização de principal e juros das debêntures.

Os recursos obtidos pela Almas a partir da emissão serão integralmente utilizados para o desenvolvimento do Projeto Almas, localizado no Estado do Tocantins e/ou para investimento em aquisição de ativos ou participações

societárias em outras sociedades que tenham como atividade principal a mineração, conforme detalhado na Escritura de Emissão. A liquidação da operação está prevista para até 20 de julho de 2021.

As debêntures contarão com garantias reais de alienação fiduciária de ações da Almas e penhor de concessões de lavra detidas pela Almas, bem como fianças da Aura Gold Ltda. e da Mineração Apoena S.A. A Companhia também prestará garantia corporativa em favor dos titulares das debêntures no âmbito da emissão. A instituição intermediária líder da Oferta Restrita será o Banco BTG Pactual S.A.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 15/07/2021



BAD WEATHER HITS RIO TINTO'S QTRLY IRON ORE EXPORTS AHEAD OF RESULTS BONANZA

Rio Tinto reported a 12% fall in quarterly iron ore shipments on Friday after storms affected its West Australian operations, but is expected to report bumper results this month on soaring prices for the steel raw material.

Rio said it now expects to ship near the lower end of its range of 325 million tonnes (mt) and 340 mt in calendar 2021, meaning it may hand back its crown as the world's biggest producer to Brazilian rival Vale S.A..

Vale, which reports output later this month, is on track to meet the upper end of its 2021 guidance of 315-335 mt, according to UBS.

Rio shipped 76.3 million tonnes (mt) of the steel-making commodity for the three months ended June 30, down from 86.7 mt a year ago, just ahead of a UBS estimate of 76 mt.

"We would have liked to have seen higher production to capitalise on these iron ore prices. Still, they are going to be swimming in cash at results time," said analyst David Lennox at Fat Prophets in Sydney.

"Hopefully we will get a good dividend and we are looking for a share buyback as well."

Iron ore prices surged to records above \$230 a tonne in May thanks to a post-COVID infrastructure drive by China.

Rio is expected to post half-year underlying earnings of \$10.9 billion on July 28 according to a Vuma consensus of 14 analysts, more than double the \$4.75 billion it reported for the same period last year.

Rio on Friday also raised its full-year iron ore production cost guidance due to increased labour and input costs.

The miner expects unit costs of \$18.00-\$18.50 per tonne for the year, up from its previous estimate of \$16.70-\$17.70 per tonne, even as prices it received for iron ore doubled to \$168.40 a dry metric tonne free on board for the first half.

Miners have been facing labour shortages as Australia has shut international borders and snap closed state borders.

Rio also said it delayed commissioning at its new Gudai-Darri iron ore hub to later this year and first production from its Winu copper find in Australia to 2025 from original estimates of 2023, partly due to COVID restrictions.

It lowered 2021 production by 2 Mt due to new strategies to protect Aboriginal areas of high cultural significance as it seeks to repair relations with Aboriginal groups following its destruction of rock shelters at Juukan Gorge last year.

Fonte: Reuters

Data: 15/07/2021



PROCONCEPT E ROCKWELL AUTOMATION ANUNCIAM PARCERIA

O objetivo é oferecer ao mercado brasileiro soluções completas para automação de processos industriais e projetos de transformação digital

Grande parcela das indústrias brasileiras ainda precisa automatizar e otimizar seus processos para se manter atuante num mercado cada vez mais competitivo, o que amplia a necessidade de investimentos em tecnologias inovadoras como Industrial Internet of Things (IIoT), Realidade Aumentada (RA), Analytics, entre outras. Com base nessa constatação e nas oportunidades de negócios que deverão aumentar neste e nos próximos anos, a ProConcept Sistemas, especializada em consultoria, venda e implementação de soluções digitais de TI, e a Rockwell Automation, líder global em automação industrial e transformação digital, firmaram oficialmente em junho uma parceria.

Classificada como integradora homologada do programa de parceiros da Rockwell, do qual só fazem parte empresas selecionadas e certificadas, a ProConcept terá como foco o desenvolvimento de soluções específicas para projetos, bem como irá atuar como integradora de tecnologias IIoT e RA. “Enxergamos bastante valor na expertise e know how da ProConcept em soluções de IIoT e RA e a ideia é aproveitar esse conhecimento principalmente para projetos em indústrias dos segmentos de bens de consumo (alimentos, bebidas, farmacêuticos etc.); óleo&gás e químico; mineração, metais e cimento; e automotivo, em todo o território nacional, e utilizando como base a plataforma Rockwell Factory Talk Innovation Suite, que oferece suporte a um ecossistema de aplicativos industriais avançados, incluindo a IoT”, explica Rafael Pezzella Chiea, Líder de Parceiros Integradores da Rockwell Automation do Brasil.

Na avaliação de Elcio Pereira Diniz, diretor executivo da ProConcept, a parceria abrirá mais um grande nicho de mercado para prestação de serviços. “Nossa empresa é atuante neste mercado específico de IIoT há mais de cinco anos e temos uma expressiva network, especialmente na região centro-sul do Brasil, o que deverá gerar novos negócios para a Rockwell”, salienta. O executivo também vislumbra o aumento de clientes, assim como a possibilidade de aplicar soluções próprias que a ProConcept vem desenvolvendo, de forma a propiciar o crescimento do número de negócios e do conseqüente aumento do faturamento. “Nossa expectativa é fechar 2021 com faturamento próximo ao registrado em 2020, que foi de R\$ 9 milhões. E a parceria com a Rockwell irá contribuir para esse resultado. Ser parceiro de uma empresa líder global como a Rockwell é um importante reconhecimento da capacitação da nossa empresa”, destaca Diniz.

Mercado

Apesar da pandemia, Pezzella ressalta que a Rockwell não parou em nenhum momento de atender ao mercado porque a empresa oferece soluções completas de hardware e software que são imprescindíveis para a produção. “E agora vemos um horizonte bem grande de oportunidades e até por isso estamos fortalecendo a parceria com a ProConcept”, destaca. Pezzella acrescenta que todas as soluções da Rockwell Automation são escaláveis, o que permite atender a todos os portes de empresas. “Uma indústria não precisa comprar a solução de maior porte, mas começar com a de menor porte e depois escalar conforme a necessidade da sua produção e dos seus processos”, exemplifica.

A indústria brasileira, de modo geral, ainda precisa preparar seu chão de fábrica para então partir para a implementação de novas tecnologias de modo a otimizar os processos, segundo Pezzella. “Há empresas que se deparam com seus parques industriais não tão automatizados, mas como precisam se atualizar para se manterem competitivas, acabam executando um projeto de automação junto com o de otimização. Essa é a grande vantagem de a ProConcept ter se tornado parceira da Rockwell, porque nós temos a solução completa, desde a automação do chão de fábrica, até o software de gestão e de otimização industrial que é o foco da ProConcept. Assim, quando a nossa parceira oferecer soluções de gestão e otimização de processos, terá a Rockwell por trás para suportar toda a automação necessária e que ela irá fornecer também”, justifica Pezzella.

Diniz acredita que mesmo num cenário desafiador como o atual, por conta da pandemia, as empresas de diferentes portes e áreas de atuação deverão iniciar ou dar continuidade aos projetos de transformação digital. O executivo toma por base o estudo realizado recentemente pela Confederação Nacional da Indústria que destaca a expectativa de volta à normalidade ainda em 2021, com a intenção dos investimentos retornarem ao patamar semelhante ao dos últimos anos. “A eficiência e a produtividade sempre nortearam os planos das indústrias e atualmente isso está intimamente relacionado ao emprego de tecnologias inovadoras”, finaliza Diniz.

Sobre a ProConcept

A ProConcept Sistemas é especializada em consultoria, venda e implementação de soluções digitais de TI, com sede em Belo Horizonte (MG). A empresa iniciou sua atuação em 2017 como revenda da PTC, para atender às empresas de diversos segmentos da indústria mineira. Em abril de 2019, passou a ser parceira também da Industrial IoT Solutions, distribuidora das soluções da sensemetrics, Hexagon Xalt e Litmus, entre outras, estendendo o atendimento às empresas instaladas em todo o país.

Sobre a Rockwell Automation

A Rockwell Automation, Inc. (NYSE: ROK), é líder global em automação industrial e transformação digital. Sediada em Milwaukee, Wisconsin, a empresa emprega aproximadamente 24.000 solucionadores de problemas dedicados aos clientes em mais de 100 países e registrou em 2019 faturamento de US\$ 6,7 bilhões.

Fonte: SEGS

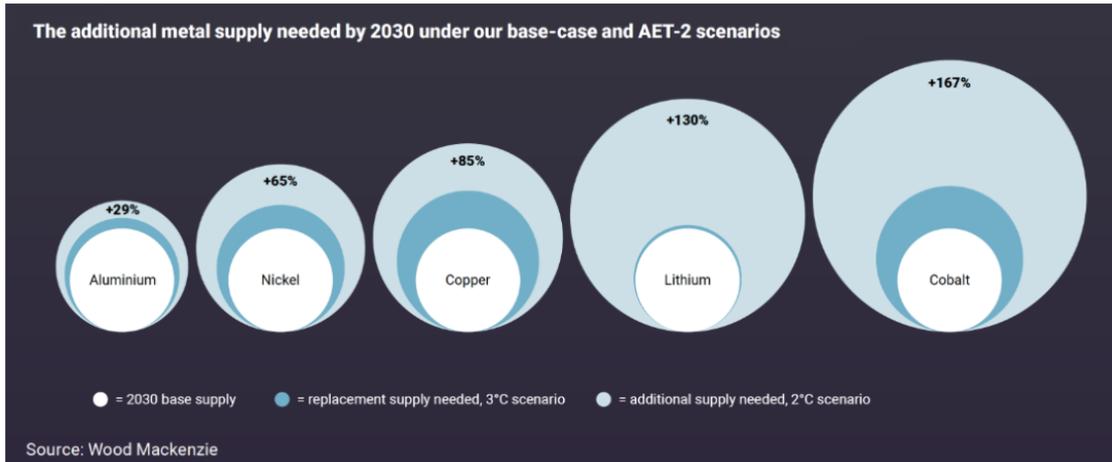
Data: 15/07/2021

METALS RECYCLING TO BE A KEY PLANK FOR CUTTING EMISSIONS

Consumer awareness of carbon emissions from the production of metals for the energy transition will eventually energise the recycling industry and stimulate searches for substitutes that could spoil the party for miners.

Analysts at Wood Mackenzie estimate an additional 360 million tonnes of aluminium, 90 million tonnes of copper and 30 million tonnes of nickel will be needed over the next 20 years under a scenario that limits global warming to less than 2°C.

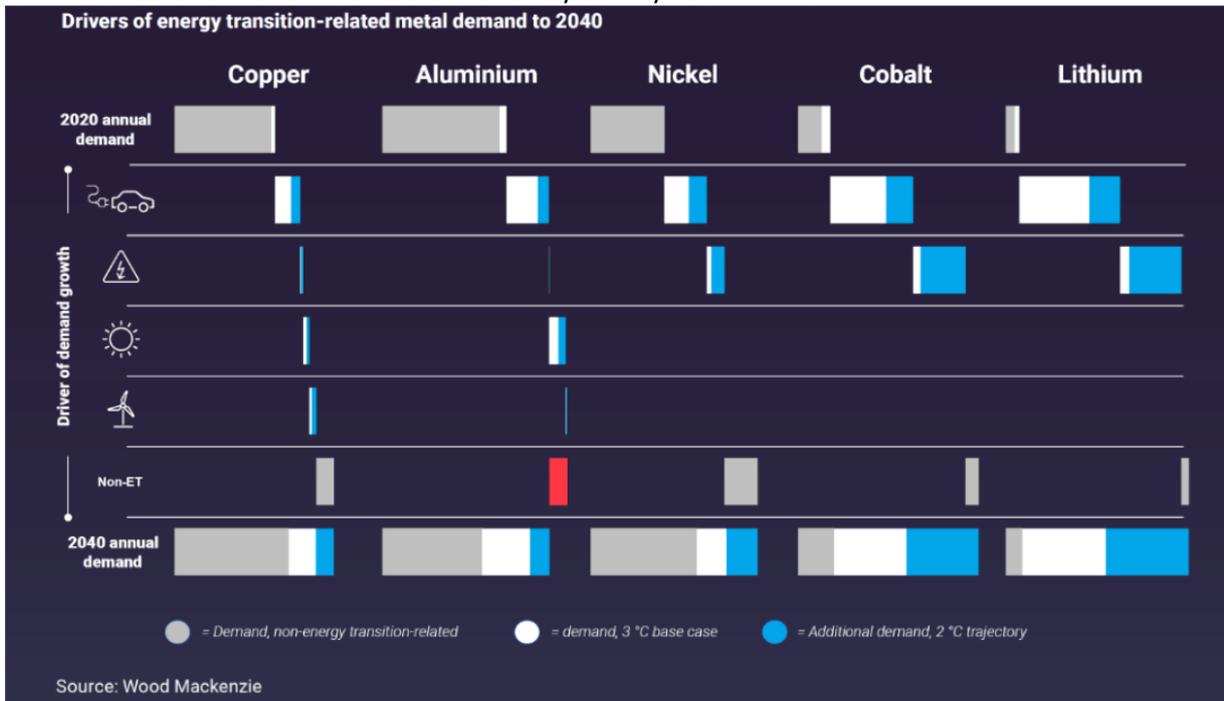
Aluminium, copper and nickel are key materials for electric vehicles, sales of which are expected to soar over coming years.



"We can reduce our carbon footprints by going down the recycling route," said Wood Mackenzie's Julian Kettle.

"There are a plethora of new technologies such as hydrogen and polymer energy storage that could dramatically change the clean-energy landscape."

Producing one tonne of aluminium from scratch results in an average of 17 tonnes of carbon emissions compared with the 0.6 tonnes emitted from secondary or recycled aluminium.



Copper mining emits 2.3-2.5 tonnes of carbon per tonne of metal, while smelting adds another 1.65 tonnes compared with up to 1.5 tonne for recycled metal.

A precedent for awareness of the problems arising from the extraction and production of metals is plastic made from fossil fuels, which over the last 10 years has pushed consumers to look at recycling and substitution.

Metals consumption could also be cut by for example switching to pooled rather than individual vehicle ownership,

"The era of consumption consciousness could well be the next chapter in society's awakening - and it would undoubtedly be uncomfortable for those banking on unfettered demand for metals," said Wood Mackenzie's Simon Morris in a release.



Specifically for electric vehicles the challenge for automakers is to how to operate with inelastic retail prices and access critical minerals at affordable prices.

"They will look to innovate or thrift them out to the greatest extent possible," Morris said.

Examples of miners that also have recycling operations are few. One is aluminium producer Norsk Hydro (NHY.OL), which has recycling operations that contributed 1.4 billion Norwegian crowns to its EBITDA last year.

Fonte: Reuters

Data: 15/07/2021



RETOMADA LAVRA DE MINÉRIO EM PARTE DA MINA TUCANO

A Great Panther Mining Limited. reiniciou a extração de minério na mina a céu aberto de Urucum Centro-Sul da Mina Tucano da companhia no Brasil. "Tenho o prazer de informar que a mineração foi retomada antes do previsto na mina de Urucum Centro-Sul, pois as condições que afetam a estabilidade da parede oeste melhoraram significativamente", afirmou Robert Henderson, presidente e CEO da Great Panther.

Segundo o executivo, as medições de radar mostraram uma redução considerável do movimento em comparação com os níveis anteriores dos últimos dois meses, além de melhores condições climáticas que contribuiriam para uma maior estabilidade da parede. "Embora o atraso no acesso seguro ao minério de UCS tenha resultado em baixa produção para o segundo trimestre, a produção começou a aumentar em julho e o minério de alto teor não extraído no segundo trimestre será extraído nos próximos trimestres", disse Henderson.

As operações removeram aproximadamente 1,4 milhão de toneladas de material residual intemperizado e instável da parede oeste superior do poço UCS e melhoraram a drenagem da água na área superior do depósito, enquanto as atividades de retomada continuam. A Great Panther espera que mais 1,2 milhão de toneladas de resíduos sejam removidos como parte do pushback projetado. Os protocolos de segurança rígidos estão sendo seguidos para garantir a saúde e segurança contínuas dos trabalhadores, o que inclui monitoramento por radar para o movimento das paredes, prismas e pesquisas de drones.

A Great Panther registrou produção consolidada de 27.722 onças equivalentes de ouro (GEO) no segundo trimestre, uma queda de 28% sobre o mesmo trimestre de 2020. O resultado inclui 22.804 onças de ouro e 334.423 onças de prata. A produção total de ouro em Tucano foi de 20.696 onças de ouro, recuo de 42% em relação ao mesmo trimestre de 2020. A queda deveu-se principalmente à paralisação na produção de minério da mina UCS e, portanto, alimentando a planta com teores mais baixos de estoques e Urucum Norte. A produtividade da planta no segundo trimestre foi 6% maior em comparação com o mesmo período de 2020, devido principalmente a uma maior quantidade de material de óxido processado neste trimestre na ausência de minério de sulfeto da UCS.

As operações da Great Panther devem cumprir o guidance de produção consolidada para 2021, entre 125 e 140 mil onças de ouro equivalentes. Cerca de 60% do guidance anual é esperado no segundo semestre do ano, considerada a estação seca no Norte do Brasil, após a paralisação temporária da mineração na UCS, bem como maior extração e menores níveis de produção no primeiro semestre de 2021 conforme plano de mina para Tucano.

A pandemia COVID-19 continua afetando as regiões em que a empresa opera. A mineradora continua a adotar protocolos rígidos de saúde e segurança e está especialmente focada em manter a conscientização sobre as

práticas de prevenção dentro da organização e nas comunidades ao redor de suas operações. Os programas de vacinação estão avançando, embora lentamente, e a vigilância é de extrema importância para apoiar as autoridades de saúde durante esse período.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 15/07/2021



AEB PREVÊ AUMENTO DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES E SUPERÁVIT RECORDE

Altas previstas terão reflexo positivo no cálculo do PIB, diz entidade

A Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) divulgou hoje (14) suas previsões para a balança comercial deste ano. Segundo a AEB, as exportações deverão ficar em torno de US\$ 270,052 bilhões, com aumento de 28,7% em relação aos US\$ 209,817 bilhões efetivados em 2020, e as importações, em US\$ 202,051 bilhões, com expansão de 27,1% sobre os US\$ 158,930 bilhões alcançados em 2020. Para a entidade, haverá superávit de US\$ 68,001 bilhões, mais 33,6% em relação aos US\$ 50,887 bilhões apurados no ano passado.

De acordo com a AEB, os aumentos projetados para as exportações e importações refletirão de forma positiva no cálculo do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos produtos e serviços produzidos no país) de 2021.

Segundo o presidente executivo da AEB, José Augusto de Castro, a forte elevação dos preços das *commodities* (produtos agrícolas e minerais comercializados no mercado externo), especialmente petróleo e minério de ferro, explica o crescimento projetado para as exportações. O peso do petróleo em bruto, do minério de ferro e da soja em grão na pauta de exportação brasileira passou de 35%, no ano passado, para 41%, este ano. Do lado das importações, o fato de vários produtos não estarem sendo fabricados atualmente no país para suprir o mercado interno, como peças e componentes, responde pelo incremento das vendas externas ao Brasil, disse Castro à **Agência Brasil**.

Quanto ao superávit, Castro disse que, se for confirmado, constituirá novo recorde, superando o recorde de 2017, de US\$ 67 bilhões. A corrente de comércio, projetada em US\$ 472,103 bilhões para 2021, ficará próxima do recorde atual de US\$ 482,292 bilhões, apurado em 2011.

Custo Brasil

O presidente da AEB afirmou que o câmbio não está afetando de forma alguma a balança comercial brasileira: “nem positivo, nem negativo. Não está nem estimulando a exportação de manufaturados, nem as importações. Está neutro”. Para Castro, o câmbio não é suficiente para deixar a balança competitiva.

Na opinião de Castro, o principal problema do país é o elevado custo Brasil. “Estamos exportando basicamente *commodities*, e o custo Brasil afeta os manufaturados. Sem o custo Brasil, exportaríamos mais manufaturados, e isso geraria mais empregos no país”. O presidente executivo da AEB disse esperar que o custo Brasil se reduza para que aumentem as exportações de produtos manufaturados, de maior valor agregado. Ele acrescentou que a reforma tributária ajudará a diminuir o custo Brasil.

Ele acrescentou que, além disso, a ausência de reformas estruturais e o custo Brasil são responsáveis pelo fato de as exportações de produtos manufaturados terem hoje valor nominal inferior ao exportado em 2007.

A previsão anterior da AEB para o ano de 2021 foi divulgada em 16 de dezembro do ano passado e mostrou os seguintes dados: exportação de US\$ 237,334 bilhões, importação de US\$ 168,316 bilhões e superávit de US\$ 69,018 bilhões.

Fonte: Agência Brasil

Data: 14/07/2021



MPF PEDE A SUSPENSÃO DE TODAS AS PERMISSÕES PARA EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE OURO NO SUDOESTE DO PARÁ

Itaituba, Jacareacanga e Novo Progresso concentram 85,7% do comércio de ouro ilegal

O Ministério Público Federal (MPF) iniciou processo na Justiça Federal de Itaituba pedindo a suspensão de todas as permissões para extração, comércio e exportação de ouro na região sudoeste do Pará, que abrange os municípios de Itaituba, Jacareacanga e Novo Progresso, onde, nos últimos dois anos, uma escalada de invasões e violências foi promovida por quadrilhas de garimpeiros ilegais. Afetando gravemente terras indígenas dos povos Mundurucu e Kayapó, o garimpo criminoso fez da região a principal fonte de ouro ilegal no país.

Estudo inédito feito por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em cooperação com o MPF aponta que, apenas em 2019 e 2020, os três municípios concentraram 85,7% das ocorrências de

esquentamento de ouro no país, prática em que o minério extraído ilegalmente é comercializado com base em declarações fraudulentas de origem. De acordo com o estudo, foram 5,4 toneladas de ouro ilegal que entraram no sistema financeiro dessa maneira nos últimos dois anos.

“Da produção de 30,4 toneladas de ouro do Estado do Pará, no período de 2019 a 2020, ao menos 17,7 toneladas (58,4%) foram extraídas com falsa indicação de origem, seja pelas evidências de extrapolação dos limites autorizados para a lavra pela Agência Nacional de Mineração, seja pela indicação de áreas de floresta virgem como origem do ouro. Esta última modalidade de fraude, aqui denominada de esquentamento chapado, viabilizou a introdução em circulação de 5,4 toneladas de ouro de origem ilegal (quase 18% do total produzido pelo Estado do Pará) apenas nos municípios de Itaituba, Jacareacanga e Novo Progresso, onde se situam terras indígenas dos povos Mundurucu e Kayapó”, narra a ação judicial.

Economia corrompida - Para o MPF, a cadeia de produção e circulação de ouro de garimpo na região de Itaituba está completamente comprometida pela livre atuação de quadrilhas “que vem fomentando todo tipo de criminalidade, ameaças e violências contra os direitos existenciais de populações vulneráveis, bem como promove a desestruturação social e política desses grupos”.

“Como ficará adiante demonstrado, esse estado de coisas ilegal e inconstitucional, em que se permite que o ouro lavrado criminosamente em terras indígenas ingresse no mercado regular, é de conhecimento e resulta diretamente de ações e omissões deliberadas por parte dos réus, já apontadas pelo MPF em atuações antecedentes, sem que nenhuma medida corretiva tenha sido tempestiva ou eficazmente adotada pelo poder público”, afirmam os procuradores da República.

O MPF considera que, diante da inação do governo federal no combate à ilegalidade dentro da cadeia econômica do ouro, “impõe-se a salvaguarda dos valores existenciais dos povos originários em detrimento dos valores patrimoniais em conflito, ao menos enquanto o estado não indica, de forma programática e sindicável, atuações concretas aptas a solucionar, ou ao menos mitigar, o problema dentro de prazo razoável”. São réus na ação a União, a Agência Nacional de Mineração (ANM) e o Banco Central do Brasil (Bacen).

De acordo com a Constituição e a legislação brasileira, compete à ANM e ao Bacen autorizar e fiscalizar a extração e o comércio de ouro no país. A União é a detentora dos recursos minerais em seus territórios e não pode favorecer a garimpagem nas terras indígenas, pelo contrário, lhe cabe proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Para o MPF, está “provado que os réus, por sua omissão ilegal e inconstitucional, promovem a irrigação do mercado com ouro de origem ilegal extraído de terras indígenas e que compactuam, portanto, com a prática sistemática e generalizada da fraude denominada esquentamento de ouro, relegando os povos indígenas às ameaças e violências decorrentes da cobiça e da sanha exploratória de invasores, mineradores ilegais, e criminosos”.

Audiência de justificação - O MPF pediu a suspensão de todas as permissões de lavra garimpeira vigentes em Itaituba, Jacareacanga e Novo Progresso, de todos os efeitos das autorizações administrativas concedidas a distribuidoras de títulos e valores imobiliários, empresas comerciais e ouro e quaisquer outros agentes, pessoa física ou jurídica, que negociem com ouro.

Antes de decidir sobre o pedido, o MPF requisitou à Justiça que promova uma “audiência de justificação prévia designada para apresentação do estudo Legalidade da produção de ouro no Brasil, ocasião em que os réus poderão demonstrar, de forma programática e sindicável, a adoção de medidas concretas aptas a solucionar o problema, ou ao menos mitigá-lo sensivelmente, dentro de prazo razoável”.

A ação aponta 11 medidas que devem ser tomadas pelas autoridades para evitar a suspensão total do comércio de ouro na região, a começar pelo acatamento pacífico e ordeiro das ordens de desintrusão das terras indígenas emanadas pela Justiça Federal e pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que até agora vem sendo descumpridas por investidas violentas de garimpeiros ilegais e compradores de ouro que, unidos, atacam as operações policiais.

O MPF requer ainda que o governo federal comprove a retomada e a manutenção das ações de desintrusão das terras indígenas determinadas pelo STF e pela Justiça; a alocação de forças de segurança na região do município de Jacareacanga para assegurar o pleno exercício das liberdades individuais e a proteção dos indígenas incluídos no programa de proteção aos defensores de direitos humanos; e que o governo se abstenha de fazer quaisquer encontros, reuniões, tratativas, negociações, oferecimentos de vantagem, compromissos ou outros acertos que digam respeito à garimpagem em terra indígena.

Caberá ao governo federal, à ANM e ao Bacen comprovar ainda a elaboração e execução de sistemas de certificação de origem e de rastreabilidade do ouro, bem como a instituição da nota fiscal eletrônica do ouro. Até agora, o Brasil não possui nenhum sistema eletrônico de controle do ouro que circula no país. Se todas as medidas não forem comprovadas, pede o MPF que a Justiça então determine a suspensão de toda a extração e circulação de ouro na região.

O estudo da UFMG - Além de detalhar a extensão das ilegalidades que envolvem o comércio de ouro no Brasil, o estudo que embasa parte da ação judicial do MPF aponta a conexão direta com a explosão do desmatamento na

região amazônica. O sistema de detecção de desmatamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o Deter identificou 21 mil hectares de desmatamento para mineração em 2019 e 2020, sendo 84% dessa área localizada no estado do Pará, 7% em Mato Grosso e 6% no Amazonas.

Elaborado através de acordo de cooperação técnica entre a UFMG e o MPF, o estudo denominado “Legalidade da produção de ouro no Brasil”, desenvolveu um protocolo para a identificação de evidências de irregularidades na produção de ouro, que se fundamenta no cruzamento de imagens de satélite, de algoritmos de classificação de uso do solo elaborados pela Agência Espacial Europeia, de dados georreferenciados do Inpe, de dados oficiais da ANM, situando espacialmente os polígonos em que incidentes requerimentos de pesquisa e de títulos minerários, e de dados da CFEM (Contribuição Financeira por Exploração Mineral), registrando as quantidades de ouro introduzidas no mercado nacional, a identidade dos respectivos compradores e os títulos de lavra que embasariam a extração do minério.

Dessa análise, concluiu-se que, em 2019 e 2020 foram comercializadas 174 toneladas de ouro em território nacional, das quais 69% originaram-se de concessões de lavras e 28% de permissões de lavra garimpeira. Desse total, ao menos 49 toneladas de ouro provieram de áreas com evidências de alguma forma de irregularidade.

O estudo categoriza três formas mais comuns de irregularidades. O ouro é extraído ilegalmente da floresta e, ao ser comercializado nas ruas de Itaituba, Jacareacanga e Novo Progresso através das DTVMs e seus representantes, tem a origem declarada em poligonais sem autorização vigente; ou tem a origem declarada em poligonais onde a exploração é proibida, como as terras indígenas; ou tem a origem declarada em poligonais que nunca foram exploradas, o que se verifica nas imagens de satélite. As análises empreendidas pela UFMG a partir das bases de dados e da metodologia citada demonstraram que cerca de 90% do ouro irregular explorado entre 2019 e 2020 teve origem na Amazônia Legal.

A violência e os danos do garimpo nas terras indígenas - “Ao adquirirem ouro ilegal, de modo intencional ou não, DTVMs, pessoas físicas e empresas comerciais não autorizadas pelo Bacen a negociar com ouro terminam por retroalimentar a criminalidade mediante o financiamento de novas invasões de terras, aliciamento de indígenas, aquisição de maquinário de garimpo, aeronaves, combustíveis e até mesmo a contratação de milicianos armados, profissionais liberais e de lobistas para atuar no meio político em prol da liberação de mais áreas para a atividade”, narra a ação do MPF.

O círculo vicioso do garimpo ilegal vem produzindo conflitos graves e cenas de violência na região que escalaram no primeiro semestre de 2021. “Foi nesse contexto de retroalimentação da atividade criminosa que, no dia 19 de março de 2021, por exemplo, deu-se a tentativa de invasão do Igarapé Baunilha, na Bacia do Rio Cururu, berço de vivência do povo Munduruku. O rio Cururu fica na porção oeste do território, ainda preservada, e guarda aldeias importantes, como a aldeia Missão São Francisco. Os Mundurukus consideram que a destruição dessa bacia pela mineração ilegal pode significar o fim da vida indígena na região”, conta o MPF.

A investida de mineradores ilegais rumo à Bacia do Rio Cururu, soube-se depois, persistiria financiada e articulada por vendedores de máquinas, compradores de ouro, donos de postos de combustíveis e outros beneficiados pelo dinheiro do esquentamento. Para o MPF, está comprovado que é a livre oferta de oferta ouro de origem ilegal que estimula as invasões nas terras indígenas, o que exige a adoção de medidas que impeçam a entrada do ouro esquentado no mercado financeiro.

“Além da amplamente noticiada expansão de 363% nos índices de desmatamento nas referidas terras indígenas (Munduruku e Sai Cinza), a atividade garimpeira vem provocando a contaminação dos indígenas por mercúrio em níveis alarmantes, bem superiores aos valores de segurança fixados pela Organização Mundial da Saúde, e comprometendo sua segurança alimentar e nutricional”, diz o MPF, que também informou à Justiça investigar diversas denúncias de exploração sexual de mulheres e crianças e de tráfico de armas e de drogas, associados à atividade garimpeira.

Para o MPF, o fortalecimento do crime organizado no território Munduruku acontece sob o olhar do estado brasileiro, que não tem sido minimamente capaz de agir de forma eficiente e coordenada na repressão às atividades criminosas nas Terras Indígenas Munduruku e Sai Cinza. Nos últimos meses, a região de Jacareacanga/PA, onde se concentra a maior parte do povo indígena Munduruku, tem sido palco de conflitos cada vez mais violentos.

“O fato de a União (por meio da FAB), por outro lado, conduzir mineradores ilegais e pessoas denunciadas por crimes para reuniões em Brasília, mas, ao mesmo tempo, se omitir e tolerar que indígenas contrários ao garimpo ilegal tivessem suas casas incendiadas e fossem impedidos de se locomover, às suas próprias expensas, para se manifestar na capital da República, para além de um simbolismo muito grande, revela uma plêiade de atos administrativos anti-isonômicos que coloca em proeminência os interesses de grupos econômicos em detrimento dos direitos existenciais dos povos indígenas, notadamente o povo Munduruku”, sustenta a ação do MPF.

[Íntegra da ação judicial](#)

Fonte: MPF

Data: 13/07/2021



AGÊNCIA PARA DESENVOLVER MUNICÍPIOS NO JEQUITINHONHA

Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento local e a diversificação das bases econômicas dos municípios de Araçuaí e Itinga, no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, os CEOs da Sigma Mineração S.A., Calvyn Gardner e Ana Cabral, entregaram aos prefeitos, Tadeu Barbosa de Oliveira e João Bosco Gusmão Cordeiro, o projeto executivo de criação de uma Agência Privada de Investimentos. O projeto, financiado pela Sigma, abrange desde a concepção do modelo de Agência mais adequado à região até a sua implantação e monitoramento.

Para a elaboração e execução do projeto, a Sigma contratou o TSX Group, que utilizará metodologia adaptada do Banco Mundial, testada com sucesso em vários países. A Sigma acredita que esta Agência, que já conta com a parceria do INDI (Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais), será um foro ideal para a discussão do desenvolvimento regional e a inserção do território na agenda nacional e internacional de investimentos. Os princípios orientadores da Agência são: a independência funcional, uma governança forte, a promoção do território, a facilitação de investimentos e a inteligência de investimentos.

A primeira fase, que definirá a elaboração do modelo de agência mais adequado à realidade local, já foi iniciada e conta com a participação de diversos stakeholders dos dois Municípios. Em uma segunda fase, prevista para ser iniciada em 4 a 5 meses, será feita a estruturação do modelo adotado, a implantação e a operação da Agência. A Sigma, como empresa âncora do projeto, garantiu em seu contrato com a TSX o acompanhamento/monitoramento da Agência por um período de três anos.

De acordo com a Sigma, essa contribuição ao processo de desenvolvimento dos municípios de Araçuaí e Itinga “vai ao encontro do Programa de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais, lançado recentemente pelo governador Romeu Zema, e aos anseios da comunidade”.

A solenidade de entrega do Projeto da Agência, realizada em junho, na sede da empresa, em Itinga, contou com a presença do Governador do estado de Minas Gerais, Romeu Zema, do Secretário de Desenvolvimento Econômico, Fernando Passalio de Avelar, do Presidente do Instituto Integrado de Desenvolvimento – INDI, João Paulo Braga e dirigentes da Sigma, entre outras autoridades.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 13/07/2021

MINING TECHNOLOGY

OROSUR MINING PLANS JV WITH MERIDIAN FOR BRAZILIAN TIN PROJECT

Orosur will have the option to earn a stake of up to 75% in the Ariquemes tin project with a \$3m investment.

Orosur Mining has signed a non-binding letter of intent (LOI) with Meridian Mining to form a joint venture (JV) on Meridian’s Ariquemes tin project in Brazil.

The LOI has an exclusivity period of 90 days to complete due diligence and finalise a JV to advance the tin project.

However, the firms also highlighted that the possibility of a binding agreement is still uncertain.

Orosur said: “Both parties will work diligently to complete JV negotiations within the 90 day period and announce full details at that time however given the non-binding nature of the LOI, shareholders should note that there is no guarantee that a binding agreement will be entered into.”

Orosur will have the option to spend \$3m in two stages to earn a stake of up to 75% in the mining concessions owned by Meridian subsidiary Meridian Mineração Jaburi over a four-year period.

In the initial stage, the Canadian firm will invest \$1m over a two-year period to earn a 51% stake in the project.

With further spending of \$2m, the firm will have the option to earn an additional 24% over the subsequent two years under stage II.

The Ariquemes project comprises an extensive land package in Brazil’s second-largest tin field.

Meridian Mining expects the proposed partnership with Orosur to allow it to maintain its strategic focus on the Cabaçal Cu-Au Project.

Meridian Mining CEO and president Dr Adrian McArthur said: “Ariquemes is prospective for tin, columbite, and tantalite, and is a strong ‘brownfields’ project, hosting extensions to known mining centres partly concealed by a shallow veneer of younger sediments.

“The first generation of tin mines in Ariquemes was the result of surface discoveries, there is excellent potential for the next generation of discoveries through exploration success targeting from blind or shallow occurrences.”

Fonte: Mining Technology

Data: 08/07/2021



COM A VALE VERDE, O BRASIL GANHA UMA NOVA MINA DE COBRE

A Mineração Vale Verde (MVV), empresa do Grupo Appian Brazil, inaugurou oficialmente, dia 16 de junho, o primeiro empreendimento de metais básicos e o maior investimento privado da última década do estado de Alagoas: o Projeto Serrote, que fará o beneficiamento de minério de cobre no município de Craíbas, no agreste alagoano. As obras foram finalizadas antes do prazo previsto, mesmo com a pandemia COVID-19, e os custos ficaram abaixo do orçamento inicial. No total, o investimento realizado foi de aproximadamente R\$ 1 bilhão, desde o início da sua implantação, em 2018. O produto final terá como principal destino o mercado asiático, especialmente a China, que tem grande procura por este “metal verde”.

A MVV é responsável pela pesquisa e desenvolvimento mineral, extração de cobre, o seu beneficiamento e a venda do concentrado por meio de logística portuária. A operação, quando em plena produção, vai produzir 50 mil toneladas de concentrado de cobre, com 22 mil toneladas de cobre equivalente. Inicialmente com vida útil prevista em 14 anos, a mina a céu aberto possui potencial de ampliação, conforme indicou Paulo Castellari, CEO do Grupo Appian Brazil. A planta de processamento tem capacidade de 4,1 milhões de toneladas por ano. As reservas estão confirmadas em 52,7 milhões de toneladas de minério. A operação de lavra nos anos iniciais será terceirizada e ficará a cargo da empresa Fagundes Construção e Mineração S.A.

Finalizada a etapa de implantação, a MVV segue agora para os testes de comissionamento com cargas e start-up da planta. A expectativa é que a mina esteja funcionando com total capacidade dentro de 18 meses e que o primeiro embarque seja feito já em novembro de 2021. O basculamento do primeiro minério aconteceu no final de janeiro passado.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 08/07/2021



ABERTA CONSULTA PÚBLICA PARA NOVO REGULAMENTO DE BARRAGENS

Propostas de regras para telemetria e repasse de direitos minerários também estão colhendo contribuições

A ANM está chamando a sociedade para contribuir em três chamadas bem aguardadas pelo setor mineral. A proposta para duas novas resoluções – as que vão reger as barragens de mineração e as da instalação do sistema de telemetria para acompanhamento da lavra de água mineral e potável de mesa – estão abertas para consulta pública. Já as novas regras para a cessão e para o arrendamento de direitos minerários estão em fase de coleta de subsídios.

A Consulta Pública nº 3/2021, que trata da nova resolução para barragens de mineração, traz uma minuta já bem aprimorada. O conjunto de normas já passou por uma tomada de subsídios, quando a sociedade contribuiu para a proposta da nova regra, por uma reunião participativa, e pela análise de impacto regulatório. Neste processo, foram feitas alterações e aprimoramentos no texto inicial e a análise de impacto, apontando problemas, alternativas e soluções mais adequadas para a implantação da resolução.

Agora a ANM quer ouvir o setor sobre o texto atual, que também faz uma consolidação dos normativos já existentes sobre barragens de mineração em um único regulamento, de acordo com o decreto presidencial nº 10.139/2019. Serão recebidas contribuições até o dia 19 de agosto.

A redação traz muitas mudanças: são 42 novos itens, como a proibição de construção de barragens onde há população (na Zona de Auto Salvamento) e a obrigatoriedade de caução e garantias das mineradoras para casos de acidentes, a fim de minimizar o impacto social e ambiental. Além disso, a proposta aumenta o valor das multas, obriga as empresas a terem um processo de gestão de riscos para as barragens com DPA (dano potencial associado) alto e todas as estruturas inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) passam a ser obrigadas a ter um Plano de Ação de Emergência de Segurança de Barragens de Mineração (PAEBM).

Telemetria e cessão de direitos minerários

A regulamentação do equipamento que realiza o monitoramento de poços profundos de água mineral e/ou termal nos balneários é o assunto da Consulta Pública nº 2/2021. A proposta de resolução diz como deve funcionar o

sistema de telemetria para acompanhamento da lavra de água mineral e potável de mesa e fica aberta até dia 17 de agosto.

Também por meio de questionamentos, a ANM busca subsídios para o tema "Revisão e Simplificação de Normas relacionadas à Cessão e ao Arrendamento de Direitos Minerários". A ideia é que o processo de análise e autorização do processo pela ANM seja mais célere. O período para envio de contribuições da Tomada de Subsídios nº 5/2021 vai até 23 de julho.

Fonte: ANM

Data: 07/07/2021



ÁGUA AZUL DO NORTE: GOVERNO DEFINE ESTRATÉGIAS ECONÔMICAS PARA IMPLANTAÇÃO DE PROJETO DE MINERAÇÃO DE OURO
Ações definidas pelo governo do estado visam alavancar a economia da cidade e, conseqüentemente, gerar mais empregos com a exploração de ouro na região. Entre elas, está a verticalização do minério, que agrega mais valor ao produto e gera mais emprego

A Comitativa do projeto “Na Fábrica”, do governo do estado, visitou o escritório da Bemisa, uma empresa de mineração que será instalada no município de Água Azul do Norte, no sudeste do Pará. Durante o encontro, que ocorreu na semana passada, foram definidas as estratégias econômicas para implantação do projeto minerário no município.

Entre as estratégias definidas está a verticalização do ouro, que agrega mais valor ao produto e gera mais emprego e renda ao município. Segundo o secretário de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do estado, José Fernando Gomes Júnior, isso fortalece a cadeia produtiva e gera novos empregos e oportunidades. “Essa é uma das principais ações do projeto em Água Azul do Norte. A verticalização do ouro é de fundamental importância para o Pará, que é um grande produtor. No caso de Água do Norte, a Bemisa já chega com esse compromisso, além da formação e capacitação da mão de obra local”, destacou o secretário.

A empresa mineradora realiza pesquisas, há 4 anos, para a implantação do projeto. A previsão é que o empreendimento gere cerca de 240 empregos diretos na região. Para o diretor de mineração da Bemisa, Cláudio Fernandes, o beneficiamento da população local, é essencial.

A Comitativa do projeto “Na Fábrica”, do governo do estado, visitou o escritório da Bemisa, uma empresa de mineração que será instalada no município de Água Azul do Norte, no sudeste do Pará. Durante o encontro, que ocorreu na semana passada, foram definidas as estratégias econômicas para implantação do projeto minerário no município.

Entre as estratégias definidas está a verticalização do ouro, que agrega mais valor ao produto e gera mais emprego e renda ao município. Segundo o secretário de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do estado, José Fernando Gomes Júnior, isso fortalece a cadeia produtiva e gera novos empregos e oportunidades. “Essa é uma das principais ações do projeto em Água Azul do Norte. A verticalização do ouro é de fundamental importância para o Pará, que é um grande produtor. No caso de Água do Norte, a Bemisa já chega com esse compromisso, além da formação e capacitação da mão de obra local”, destacou o secretário.

A empresa mineradora realiza pesquisas, há 4 anos, para a implantação do projeto. A previsão é que o empreendimento gere cerca de 240 empregos diretos na região. Para o diretor de mineração da Bemisa, Cláudio Fernandes, o beneficiamento da população local, é essencial.

“Estamos começando com o pé direito. Com muito rigor a toda legislação, todo cuidado com o trabalho e com a cidade. O projeto de mineração traz um impacto positivo, no ponto de vista da geração de emprego, renda e movimentação no entorno. Nossa ideia é que nós possamos contribuir para que a cidade cresça e possamos crescer junto com ela”, enfatiza José Fernando.

O projeto “Na Fábrica”, do governo do estado, está reunindo uma força tarefa para garantir a capacitação da comunidade do entorno, para os empregos que serão gerados na região. Um dos parceiros é o Sebrae, que está alinhado para a realização dos treinamentos e cursos em Água Azul do Norte.

“A base econômica para o nosso estado são os pequenos negócios. Mais de 95% das empresas paraenses são micro e pequenas. E quando se instala uma grande indústria ou projeto, em qualquer lugar do estado do Pará, o Sebrae precisa estar presente, porque a periferia de negócio é muito grande. São os cabeleireiros, padeiros e serviços, que vão servir essa massa de pessoas dos grandes serviços”, ressalta o superintendente do Sebrae no Pará, Rubens Magno.

O governo ressalta que, no quesito responsabilidade social, a Bemisa também auxiliou no combate à pandemia em Água Azul do Norte. A empresa realizou uma doação de R\$ 300 mil para a assistência social do município.

Para o prefeito Vandin Ribeiro, o projeto chega em um momento difícil, devido à pandemia, e será um reforço importante para ajudar na geração de novos empregos e também para ajudar a alavancar a economia do município. “Onde você tem emprego, você tem dignidade. Sem uma oportunidade para sobreviver, ninguém fica no município. Então, é muito importante essa vinda do Sebrae, do governo do estado e dessa nova empresa mineradora, para desenvolver o nosso município”, agradeceu o prefeito.

Fonte: Jornal O Níquel

Data: 06/07/2021



FINEP E MCTI PUBLICAM ESTUDO COM PANORAMA TECNOLÓGICO SOBRE GRAFENO E A DEMANDA POR FINANCIAMENTO

A Finep (empresa pública do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações) e o MCTI acabam de lançar estudo que traz um panorama em relação ao Grafeno no tocante ao material em si, suas aplicações, desafios da indústria e o contexto brasileiro. Além disso, aborda as iniciativas recentes de políticas públicas que visam estimular a criação de conhecimento e novos negócios ligados ao nanomaterial e a materiais avançados.

Está destacada a demanda de projetos que consideravam o tema grafeno – iniciativas de Finep, MCTI e CNPq – com total de investimentos que atinge R\$ 133 milhões. No artigo, também foram disponibilizados os resumos publicáveis e objetivos das propostas recebidas.

“Esperamos que essa publicação contribua com uma visão geral do tema, seja para pesquisadores, executivos do setor privado ou formuladores de políticas públicas”, diz Henrique Vasquez, Gerente do Departamento de Química, Metalurgia e Materiais da Finep, que assina o artigo com Felipe Bellucci, Coordenador-Geral de Tecnologias Habilitadoras do Departamento de Tecnologias Aplicadas – MCTI, e com Júlia Conti, estagiária da Finep.

Fonte: MCTI

Data: 18/06/2021